

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Indígenas Kiriri na Bahia (1983) | Foto: Gil Lima/[Socioambiental](#)

Silenciados no passado e no presente – Resenha de *Toré: Uma tradição inventada no processo de etnogênese dos Kiriri*, de Derval Cardoso Gramacho

Wesley Santana Santos (UFS)

Resumo: *Toré*: Uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri, de Derval Cardoso Gramacho, analisa o ritual do Toré como tradição inventada e elemento da etnogênese Kiriri. Apresenta contradições teóricas e omissões éticas. Destaca-se pela fluidez textual, base teórica sólida e relevância sociocultural na valorização indígena.

Palavras-chave: Kiriri; Toré; etnogênese; tradição inventada; hibridismo cultural.

A obra *Toré: Uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri*, de Derval Cardoso Gramacho, foi publicada no ano de 2022 (pela Editora Independently Published). Insere-se no gênero ensaístico e tem como objetivo analisar o ritual do Toré na práxis do povo Kiriri, com base na teoria desenvolvida pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (2008), segundo a qual muitas tradições presentes no mundo contemporâneo, na verdade, se constituem em tradições inventadas.



Derval Cardoso Gramacho é jornalista, possui mestrado em Cultura, Memória, Identidade e Desenvolvimento Regional e especialização em Docência do Ensino Superior. Lecionou no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), nas Faculdades Integradas Ipitanga (FACIIP) e na FIB/Estácio. *Toré* é fruto de uma dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Cultura, Memória, Identidade e Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

A obra é composta por cinco capítulos. Na introdução, o autor busca deixar clara a relação do Toré com o conceito de tradição inventada de Eric Hobsbawm (2008), utilizando-se das metodologias de revisão bibliográfica e etnografia e classifica seu trabalho como um estudo de caso. A inquietação que o levou à escolha da etnia Kiriri (Rodelas-BA) para a pesquisa foi a sua participação na ONG Thydêwá, onde estudou diversos povos e observou um elemento cultural em comum entre eles: o Toré. Neste primeiro momento, o autor apresenta diversos conceitos, como os de cultura (R. B. Laraia e E. Tylor) e hibridismo cultural (N. G. Canclini), sendo este último definido como: “O conceito de hibridização como os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (p. 29).

“Tradição inventada” é um termo usado em um sentido amplo, embora nunca definido (Hobsbawm, 2008, p. 9). Gramacho a entende como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado. Nessa primeira parte, fica clara a defesa do autor do Toré como um elemento cultural de inovação. Ele declara que os processos sócio-históricos violentos de dominação contra os povos indígenas levaram à perda de sua língua nativa, ou seja, do simbólico, impedindo os povos tradicionais de construírem relatos sobre as suas tradições.

No capítulo primeiro, o autor busca analisar o Toré Kiriri a partir de aspectos de símbolos e significados, bem como dos conceitos de identidade e de seu contexto na pós-modernidade, baseando-se tanto no quadro teórico quanto na sua experiência pessoal de contato direto com os indígenas do Nordeste.

No capítulo segundo o autor apresenta as entrevistas e o material recolhido em campo, relacionando-os com o quadro teórico, e o argumento segue no sentido da hibridização e invenção da tradição do Toré. Este elemento surge entre os Kiriri nos anos de 1970: o Toré nasce da necessidade de obter o reconhecimento de sua identidade étnica, conforme Nascimento (2005). Todavia, o Toré é uma tradição ausente da memória dos Kiriri, sobretudo devido à relação de povo catequizado pelos jesuítas desde a segunda metade do século XVII. Para Gramacho, os Kiriri aprenderam o Toré com os Tuxá e incorporaram algumas variáveis, a exemplo da inclusão de toantes (canções que marcam o ritual) com invocações cristãs que citam nominalmente Jesus Cristo e a Virgem Maria — ou seja, uma cultura com traços híbridos, segundo Canclini (2008). Essa prática está relacionada à dança

e aos toantes, que se constituem na parte cênica do ritual, não sendo apenas uma representação para o outro, mas também aspectos rituais de mistério, onde está presente a ciência dos entendidos.

Em uma das entrevistas, o pajé José Miguel França afirma: “O cacique foi lá em Tuxá para pedir orientação, para aprender o Toré. Aí nós começamos... trabalhamos e trouxemos os cantos de lá; agora, nós pegamos os cantos daqui.” Enquanto isso, o jovem Rubens declara: “De noite fazemos nosso ritual, que a gente nunca abandonou e não vamos abandonar, porque é a nossa segurança.” (p. 48). Muitas tradições que podem parecer, ou são consideradas, muito antigas, na verdade são recentes ou simplesmente inventadas (Hobsbawm, 2008, p. 9). Em um primeiro momento, até os cantos foram copiados; a tradição Tuxá foi assimilada por inteiro e transplantada de uma nação para outra. Inicialmente, a necessidade não surge dos povos indígenas, mas é imposta pelo Estado, tutor da voz de mando, a partir de 1950. Antes disso, o Toré não era considerado um elemento de caráter definidor de cultura específica; quem o define é Raimundo Dantas Carneiro, da Inspetoria Regional 4 do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No capítulo três, o autor apresenta a invenção da tradição do Toré Kiriri e seus mentores, os Tuxá. Seguindo a mesma construção histórica do capítulo anterior, discorre sobre a origem do Toré e oferece uma análise aprofundada do povo Kiriri. Essa abordagem, contudo, deveria ter sido feita anteriormente. Até 1930, os registros oficiais sobre os povos indígenas do Nordeste reconheciam e referenciavam os Fulni-ô, Potiguara e Pankararu de Pernambuco. O Toré, considerado um ícone maior da indianidade na região Nordeste, possui histórias dispersas, esquecidas, reinterpretadas, construídas, imaginadas e, obviamente, vividas (Grunewald, 2005, p. 207). O autor relaciona Grunewald e Hobsbawm ao discutir a tradição inventada, ou seja, copiada, aprendida e construída em cada grupo específico. Aqui, Gramacho define o Toré como elemento central de indianidade e fronteira étnica segundo Barth (1976): no Toré, o índio se integra ao seu encantado e vivencia com ele a experiência de transcender outros níveis de realidade para ser iniciado no segredo das coisas que compõem o conhecimento da ciência do índio, a exemplo da Jurema.

No capítulo quatro, o autor historiciza o conceito do Toré. Inicialmente, o autor apresenta o Toré como “compreensão de demandas políticas dos povos indígenas do Nordeste e a legitimidade de suas tradições inventadas que passa necessariamente pela crítica de uma imagem idealizada de índio” (Albuquerque, 2008, p. 62). Qualquer discussão sobre a imagem do índio passa pela releitura do Toré, símbolo de principal expressão artística, política e religiosa. Nas narrativas apagadas, observa-se uma construção histórica linear sobre o tratamento recebido pelos indígenas no contato entre os dois mundos — indígenas e europeus. Desde as narrativas de desaparecimento até chegar ao século XX, exatamente em 1910, temos o Serviço de Proteção ao Índio, que nada mais é que uma tutela que busca “civilizar” os povos indígenas. “O modelo indigenista adotado retorna – como herdeiro – formas de administração colonial empregadas desde os tempos dos missionários jesuítas” (Oliveira e Freire, 2006, p. 112). “O Toré significa para nós uma reza”, nas palavras de Rubens Kiriri. Enquanto se aprofunda no quarto capítulo, o autor apresenta detalhes da preparação e realização do Toré na Aldeia Kiriri, com muitos pormenores, inclusive de cunho religioso.

No quinto capítulo, o autor faz reflexões sobre a política da colonização, desde o encantamento dos europeus até “o desfrute da terra e a sufocação dos elementos humanos não brancos” (Castro, 2008, p. 126). Explora o fenômeno da etnogênese, que, desde 1990, acontece no Nordeste. O autor conclui que o processo de invenção de uma tradição é

também um processo etnogenético, e que isso constitui uma tendência da cultura global contemporânea, consequência do capitalismo globalizante e da pós-modernidade. É o caso, por exemplo, dos Tingui-Botó e Geripanko, de Alagoas, e dos Kantaruré, na Bahia. Além da “cultura do silêncio”, de Freire (1969), colocada por Gramacho, consideramos pertinente a observação de que, mesmo em um mundo globalizado como o nosso, a mídia dominante busca silenciar os movimentos indígenas para impedir que estes mostrem a verdadeira história do Brasil. Obras como essa preenchem lacunas deixadas pela grande mídia e servem como ferramenta de resistência contra a ideologia dominante.

O livro possui algumas insuficiências. Logo no primeiro capítulo, fica claro o argumento de que o ritual do Toré passa a existir para o povo Kiriri, em específico, como cerimônia de culto religioso e se configura como instrumento de revelação do ser “índio” perante os não índios. O conceito de tradição inventada é empregado para compreender como as culturas funcionam perante as estruturas dominantes. Ou seja, Gramacho concorda positivamente com Hobsbawm (2008), e aqui temos duas perspectivas: uma relacionada ao fenômeno da etnogênese, processo de transformação e ressurgimento de identidades na segunda metade do século XIX (ver autores como Néstor García Canclini, 2008, e Frederick Barth, 1969); e outra, referente à armadilha de concordar negativamente com Hobsbawm e descredibilizar essas transformações. Além disso, o autor cita dois teóricos sobre o conceito de cultura que se contradizem: utiliza tanto Roque de Barros Laraia (2006), de perspectiva moderna, quanto Edward Tylor (1871), de abordagem evolucionista, do ponto de vista da diversidade cultural e da permanência de símbolos culturais e de como estes se constroem e ressignificam. Por mais que Tylor ainda seja amplamente citado em trabalhos acadêmicos, não se pode ignorar o contexto evolucionista de sua teoria; portanto, essa colocação é contraditória.

Ao utilizar fontes históricas como a Carta de Pero Vaz de Caminha e Hans Staden (2008), o autor argumenta sobre o surgimento do Toré ainda no período de invasão do território brasileiro, mas ressalta que, por causa da perda da língua nativa, os indígenas do Nordeste se desconectaram de seus ancestrais — não de forma total, mas parcial. Atualmente, o Toré está vinculado à cerimônia da Jurema, arbusto do qual se tira a entrecasca da raiz para produzir uma bebida que auxilia na alteração sensorial e psíquica dos praticantes. Trabalhos como o de Daniela Fernandes Alarcon, em sua dissertação *O retorno da terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia* (2013), abordam diferentes formas de resistência e a importância da prática do Toré como forma de reconhecimento étnico. A perda da língua nativa desconecta os povos indígenas de seu território, pelo menos parcialmente. Gramacho aponta que processos sócio-históricos, como a violência, os aldeamentos e a busca por integração dos indígenas, acabaram por desconectá-los de seus ancestrais e também da terra.

No capítulo dois, o autor perdeu a oportunidade de apresentar as diferenças entre o Toré público e o Toré privado a partir do olhar dos indígenas (pois não aprofundou essas questões nas entrevistas de campo), como também por meio das distinções entre os tipos de Toré, como apontam os estudos de Rodrigo de Azeredo Grunewald (2005).

No capítulo três, o autor busca trazer diversas reflexões sobre a diferença entre o tempo histórico para os indígenas — intimamente ligado ao cosmos e ao ritmo cósmico — e o tempo histórico para o não índio, vinculado apenas à história. Debate conceitos como “índio”, “indígenas” e “parentes”, entre outros. As diferentes visões sobre o tempo histórico escancaram como as diversas culturas lidam com suas cosmovisões; quando não há entendimento da diversidade cultural, gera-se um estranhamento que leva ao etnocentrismo. Em cada capítulo, o autor busca, de forma exemplificada, discutir diversos

assuntos relacionados tanto aos povos do Nordeste brasileiro quanto ao povo Kiriri em específico. No capítulo quatro, parece tratar-se da descrição de um Toré privado, realizado internamente na aldeia. Por estar enquadrado como pesquisa antropológica, o autor poderia ter explicado como obteve autorização para divulgar esses detalhes. Claro que, “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua particularidade” (Geertz, 2008, p. 10); todavia, sendo um segredo ritual, é necessário cuidado ético.

Toré, contudo, é uma obra muito bem referenciada, com autores clássicos da historiografia disponíveis até 2010 (ano de sua escrita). Possui valor social importante, pois busca falar sobre a etnia indígena Kiriri da Bahia — uma etnia que passou por processos socioculturais de apagamento de sua língua e de sua cultura. A leitura é fluida e traz debates relevantes sobre cultura e ressignificação das identidades indígenas. Ao apresentar teorias clássicas de tradição inventada (Hobsbawm) e hibridismo cultural (Canclini), o autor demonstra como as diferentes culturas constroem estratégias próprias para ressignificar seus elementos culturais conforme as demandas de seu contexto histórico. A obra apresenta alguns aspectos generalizantes sobre os indígenas do Nordeste: o autor busca mostrar uma visão ampla de diversos aspectos da cultura dos Kiriri; entretanto, procura descolonizar olhares diante de um contexto de luta pela memória, pelo território e pela identidade.

É uma obra importante que busca mostrar uma história frequentemente invisibilizada nos livros didáticos, uma vez que a história oficial, de viés eurocêntrico, é a que ocupa os maiores espaços nos exemplares escolares. Ela cumpre, com as ressalvas acima, o objetivo perseguido. Trata-se de uma leitura relevante para graduandos e mestrandos que desejam conhecer parte do tecido social dos indígenas do Nordeste. Diante dos fatores sócio-históricos aqui levantados sobre a história do Brasil, esta obra é importante para a compreensão das dinâmicas sociais dos povos indígenas nordestinos, que marcam uma diversidade cultural importante para o nosso país.

Referências

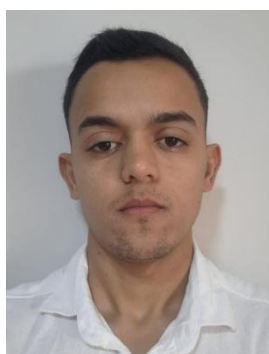
- ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Brasília, 2013. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.
- ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. O Dom e a Tradição Indígena Kapinawá (Ensaio sobre uma noção nativa de autoria). In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 28(2): 56-79, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GRAMACHO, Derval Cardoso. *Toré: uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri*. 1. ed. Salvador, BA: Independently published, 2022.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Toré: regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Massangana, 2005.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Tradução Celina Cardim Cavalcante.

Sumário de *Toré: uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri*

Introdução

1. Entre símbolos e significados
2. O imaginário e a nova tradição
3. A invenção da tradição
4. O ritual do Toré – Novas tradições e grupos emergentes
5. Reflexões

Resenhista



Wesley Santana Santos é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e graduado em história pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Entre outros trabalhos, publicou: [O desmanche do Pibid](#): apontamentos sobre a importância do projeto e seus impactos na formação profissional dos docentes. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7879124970189914>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9794-0178>; e-mail: wesley.santos@alunos.uneal.edu.br.

Para citar esta resenha

GRAMACHO, Derval Cardoso. *Toré: uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri*. Salvador, BA: Independently published, 2022. 102 p. Resenha de: SANTOS, Wesley Santana. Passados e presentes silenciados. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 5, n. 26, p. 48-53, nov./dez., 2025.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).